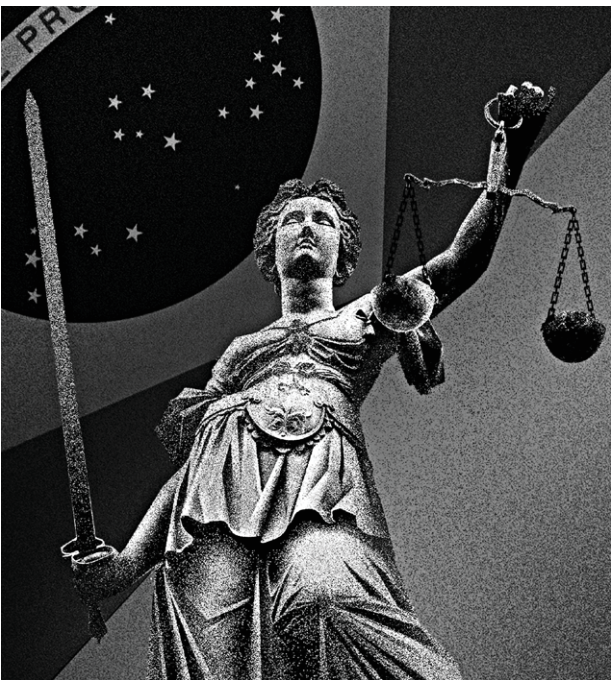


Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Maurenilson Freire



Justiça contra justiça

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender penduricalhos acima do teto constitucional tem tirado o sono de juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Eles estão preocupados com o passivo que vinham recebendo aos poucos, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras. Agora, com a decisão do ministro Flávio Dino, esses pagamentos pingados nos contracheques foram suspensos. A reação é enorme. Magistrados ouvidos pela coluna dizem que há juízes esperando pagamentos de até R\$ 2,5 milhões, já fizeram planos de vida, e agora vivem uma incerteza. Se chegaram a essa situação, afirmam, é porque o próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitiu. Esses direitos, alegam, se não forem pagos, vão virar inúmeras ações judiciais, ou um processo ajuizado pelas associações de magistrados.

Divulgação



Associação dos Advogados do BRB defende projeto de apoio ao banco

A Associação dos Advogados do Banco de Brasília (ASABRB) iniciou nesta semana uma agenda na Câmara Legislativa para sensibilizar os deputados distritais sobre a relevância do projeto de lei que prevê medidas para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do BRB. A iniciativa busca reforçar o papel estratégico da instituição financeira para o desenvolvimento econômico e social do DF. O embate está contaminado pela disputa eleitoral. Segundo Cícero Matos, representante da ASABRB, a proposta em discussão na Câmara deve ser tratada como pauta de interesse público. “A aprovação do projeto na Câmara é uma questão que supera as divergências políticas, dada a importância do BRB para a população do Distrito Federal, especialmente nas áreas de fomento e social. Além do mais, o BRB é um patrimônio de todos os brasilienses”, afirma. A entidade destaca que o banco desempenha papel fundamental no financiamento de políticas de desenvolvimento, na concessão de crédito e no suporte a programas sociais do governo local. Para a ASABRB, garantir a estabilidade e a plena capacidade operacional do BRB é assegurar a continuidade de ações essenciais ao DF. Matos também ressaltou que a defesa do banco não significa relaxamento na apuração de eventuais irregularidades. Ninguém pensa em esquecer a responsabilidade pela crise. Mas em salvar o BRB. “É necessário afastar as divergências políticas em prol do Banco. Contudo, é fundamental também a continuidade das investigações e a punição de quem causou prejuízos ao BRB”, ressalta.

“O BRB é responsável por apoiar políticas públicas de crédito, fomentar o desenvolvimento econômico local e operar serviços bancários da própria administração pública”

Daniel Izaías de Carvalho, secretário de Economia do DF, na exposição de motivos para aprovação de projeto do BRB



Agência Brasília



SÓ PAPOS

“Mesmo após correções apressadas, o texto segue confuso, mantém vícios jurídicos e não responde à principal pergunta: qual é o tamanho real do rombo?”

Gabriel Magno (PT), Deputado distrital



Kayo Magalhães CB/DA Press

Cidadão de Brasília

O conselheiro Rodrigo Badaró foi homenageado com o título de cidadão honorário de Brasília nesta semana na Câmara Legislativa. Nascido nos Estados Unidos, com família de Minas Gerais, o advogado é descendente de pioneiros da capital, políticos que marcaram a história de Brasília. Foi aqui que ele escolheu formar a família e o escritório de advocacia. A homenagem a Badaró, de iniciativa do deputado Robério Negreiros (PSD), reuniu vários integrantes da comunidade jurídica da capital. “O destino me fez nascer no estrangeiro, como diziam os antigos, mas o meu vínculo com a nova capital é ancestral.”



Gigi Kunz/CB/DA Press

Promoção

A juíza Marília de Ávila e Silva Sampaio foi promovida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) a Juíza Substituta de Segundo Grau. A magistrada integra a 2ª Turma Recursal do Tribunal e é membro do quadro de Juízes desde 1996. A cerimônia de posse está marcada para 6 de março, às 17h, no Espaço Flamboyant, na sede do TJDF. Marília era o orgulho do pai, o conselheiro Paulo César Ávila e Silva, ex-presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que morreu em 2015.



DIVULGAÇÃO/Amagis/DF

Dança das cadeiras na Fundação Athos Bulcão

Marcia Zarur, que assumiu a presidência da Fundathos em 2023, decidiu renunciar ao cargo. “Meu compromisso era conseguir um espaço para a sede permanente da Fundação. Conquistamos o terreno ano passado, agora quero ter mais tempo livre para me dedicar ao inventário do acervo de Vladimir Carvalho e aos outros projetos de valorização de Brasília”, afirma. Mas Marcia continuará presente, como conselheira curadora da Fundathos. Valéria Cabral, que há mais de 20 anos se dedica ao legado de Athos Bulcão, será a nova presidente. Em seu lugar, na secretaria executiva, assume Leonardo Rodrigues, atualmente do conselho curador da instituição. O anúncio oficial será feito nesta segunda-feira.

Wanderlei Pozzembom/CB/DA Press



MANDOU BEM

Exército indica primeira mulher ao cargo de general. Coronel médica Cláudia Lima Gusmão Cacho foi proposta pelo Alto Comando após votação secreta e aguarda confirmação do decreto pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.



MANDOU MAL

Tristeza em Minas Gerais. Muitas mortes decorreram das chuvas na região da Zona da Mata. Deslizamentos de terra, inundações de ruas e desabamentos de casas estão entre os estragos causados pelas fortes chuvas na região.

Frente em Defesa dos CACs

A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem agora uma frente parlamentar em Defesa dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CAC). O lançamento do grupo se deu em sessão solene presidida pelo deputado Roosevelt Vilela (foto), do PL, que fez uma defesa do armamento de cidadãos no DF. “Hoje, há um trabalho de enfraquecimento da masculinidade, querem acabar com a família. Querem colocar a mulher em confronto com o homem. Não é preciso ser antropólogo, historiador ou sociólogo para entender isso”, afirmou Roosevelt Vilela que é oriundo do Corpo de Bombeiros do DF. A frente parlamentar é formada pelos deputados Roosevelt Vilela (PL), Pastor Daniel de Castro (PP), Thiago Manzoni (PL), Rogério Morro da Cruz (PRD), Iolando Almeida (MDB), Eduardo Pedrosa (União Brasil), Joaquim Roriz Neto (PL) e Wellington Luiz (MDB).



CLDF/Divulgação



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O Fórum de Lisboa, organizado pelo IDP e pela Faculdade de Direito de Lisboa, chega neste ano à 14ª edição. O evento que tradicionalmente reúne autoridades públicas, ministros, parlamentares, magistrados, acadêmicos e pesquisadores de diferentes países será realizado em 1º, 2 e 3 de junho de 2026, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Dessa vez, o tema será: “Nova ordem internacional, tecnologia e soberania: desafios democráticos, econômicos e sociais”.



À QUEIMA-ROUPA

RAQUEL CÂNDIDO,
diretora-tesoureira da OAB-DF, relatora da resolução que impede vinculação de integrantes da seccional em candidaturas e campanhas eleitorais



Arquivo pessoal

“A participação de advogados nas eleições é livre, mas deve acontecer no contexto da disputa na sociedade, fora da Ordem, que não pode ter o seu ambiente contaminado por interesses e debates políticos”

Qual é a preocupação da OAB-DF ao aprovar uma resolução que impede a participação de integrantes da seccional nas eleições de outubro?

A Resolução não impede a participação de membros da Seccional no pleito. O texto disciplina como será a regra dentro de sua casa. Prevê renúncia de pré-candidatos e veta manifestações de apoio político em espaços institucionais físicos e digitais. A participação de advogados nas eleições é livre, mas deve acontecer no contexto da disputa na sociedade, fora da Ordem, que não pode ter o seu ambiente contaminado por interesses e debates políticos. O cuidado na manutenção de uma OAB independente é fator que une a diretoria e todos os que participam ativamente na casa. Portanto, está é uma medida para se manter equidistante, isenta, livre para inclusive fiscalizar se as regras da Justiça Eleitoral serão cumpridas. A Ordem é uma entidade _sui generis_ e pode reger seus espaços e deve fazê-lo, porque isso interessa à sociedade.

Qual vai ser a penalidade para quem descumprir a resolução ou demorar a assumir que está em campanha?

Eventual conduta que contrarie a Resolução será apurada pelo Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional, assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa. As sanções cabíveis às infrações éticas são das mais diversas naturezas. Incluem advertência, censura, suspensão e exclusão, nos termos do nosso Código de Ética.

E nas situações de advogados em cargos na OAB-DF que se engajam em campanhas?

Como a Resolução é para o funcionamento da casa e dentro dos nossos ambientes, advogados podem se engajar em campanhas. Só não podem fazer isso nos espaços institucionais da Ordem, claro. Reafirmamos que a independência é interesse público. Eleições gerais devem ser disputadas da porta para fora.

Não é natural que os advogados tenham preferências políticas

Sim. Aliás, grandes advogados já deram relevantes contribuições ao nosso país. As pessoas que querem ir para a política partidária são livres para essa escolha. No entanto, isso não é compatível com o exercício de funções institucionais da Ordem. São questões inconciliáveis. Fora daqui, podem emitir opiniões pessoais por meios pessoais, partidários, e seguindo as regras que são do jogo eleitoral. Todos os espaços em sociedade e no Poder Público têm suas regras, assim como temos as nossas.

A OAB-DF vai participar em defesa de alguma pauta independentemente de candidaturas, como combate a fake news ou aumento da participação das mulheres?

A Diretoria aprovou a criação de um Observatório Eleitoral, com a finalidade de atuar como órgão auxiliar ao qual a sociedade civil poderá recorrer para comunicar eventuais abusos ou descumprimentos da legislação eleitoral. Entre os temas de acompanhamento estão a observância das regras relativas às candidaturas femininas, a distribuição de recursos do fundo eleitoral e outras questões que afetem grupos vulneráveis. Por isso mesmo, não podemos ter candidaturas e disputas aqui dentro, gerando conflitos de interesses.

Acredita que, com essa turbulência em relação ao BRB, teremos eleições tranquilas em outubro?

O cenário político nacional já se encontra polarizado neste momento. E isso realça a importância da nossa independência, tanto no caso do BRB como em outras situações. Quanto ao BRB, especificamente, a OAB/DF se posicionou em vista de que autoridades competentes apurem os fatos, apontem responsabilidades, julguem e punam culpados por eventuais prejuízos, mas que o BRB precisa ser preservado porque é patrimônio do povo. Vamos acompanhar a recuperação proposta, porque é de interesse da sociedade. Defendemos que aportes ao banco devem ser feitos mediante contrapartidas para atender regiões mais carentes: investimentos em equipamentos e serviços públicos, moradia. Como o dinheiro é do povo, deve voltar ao povo.